



Do encontro da saúde com a educação: o escolanovismo e seus desdobramentos em debate

Marcelo Rito e Julio Groppa Aquino*

Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, Av. da Universidade, 308, 05508-040, São Paulo, São Paulo, Brasil. *Autor para correspondência. E-mail: groppa@usp.br

RESUMO. A presente investigação, apoiada em noções foucaultianas, tem como objetivo analisar os jogos discursivos sediados no encontro entre os campos da saúde e da pedagogia brasileiras a partir dos anos 1920, encontro este protagonizado, sobretudo, pelo escolanovismo. Para tanto, foram analisadas, no primeiro momento, algumas obras da coleção Bibliotheca de Educação a cargo de autores-chave do Movimento da Escola Nova, nas quais avulta o primado de que a cognição estaria subordinada a processos pertinentes à fisiologia cerebral. No segundo momento, procedeu-se à sondagem, num conjunto de periódicos educacionais contemporâneos, de estudos dedicados a criticar os vieses higienistas, ideológicos ou normativos supostamente inerentes ao escolanovismo, cujas análises mostraram-se cativas de uma abordagem denunciadora das relações de poder-saber ali vigentes, tendo estas, segundo os autores recenseados, gerado indefectíveis efeitos patologizantes às práticas escolares. À guisa de conclusão, aventouse um giro analítico capaz de pôr em xeque abordagens apoiadas nas noções apriorísticas de desenvolvimento, esclarecimento e representação, em favor de reflexões voltadas ao jogo ininterrupto entre processos de subjetivação e políticas de veridicção que demarcam a atualidade educacional.

Palavras-chave: escola nova, bibliotheca de educação, Michel Foucault.

On the encounter of health with education: The new school and its developments in discussion

ABSTRACT. Based on Foucauldian ideas, the present study aimed at analyzing the discursive games established on the encounter between health and Brazilian pedagogy from the 1920s – encounter which was featured by escolanovismo. Therefore, we analyzed, at first, some books from the Bibliotheca de Educação collection, carried out by key authors of the Movimento Escola Nova (New School Movement), in which emerges the primacy of that cognition would be subjected to pertinent procedures to brain physiology. In a second moment, we investigated academic papers in a set of contemporary educational journals dedicated to criticise hygienists, ideological or normative biases supposedly inherent to the New School, whose analyses have proved captive of a denunciatory approach to the relations of power-knowledge in force; these relations, according to the examined authors, generated unfailing pathologizing effects to school practices. As a conclusion, we suggested an analytical turning able to put into question approaches based on a priori notions, such as development, enlightenment and representation in favor of reflections focused on the uninterrupted game between subjective processes and veridiction policies that outline the current educational field.

Keywords: New school, bibliotheca de educação, Michel Foucault.

El encuentro de la salud con la educación: el escolanovismo y sus desdoblamiento en debate

RESUMEN. La presente investigación, apoyada en nociones foucaultianas, tiene como objetivo analizar los juegos discursivos presentes en el encuentro entre los campos de la salud y de la pedagogía brasileñas a partir de los años 1920, encuentro protagonizado, sobre todo, por el escolanovismo. Para tanto, fueron analizadas, en el primer momento, algunas obras de la colección Bibliotheca de Educação a cargo de autores-clave del Movimiento de la Escuela Nueva, en las cuales intensifica lo primado de que la cognición estaría subordinada a procesos pertinentes a la fisiología cerebral. En el segundo momento, se procedió al sondeo, en un conjunto de periódicos educacionales contemporâneos, de estudios dedicados a criticar los sesgos higienistas, ideológicos o normativos supuestamente inherentes al escolanovismo, cuyos análisis se mostraron cautivos de un abordaje denunciador de las relaciones de poder-saber allí vigentes, teniendo

estas, según los autores censados, generado indefectibles efectos patologizantes a las prácticas escolares. A modo de conclusión, se expuso un giro analítico capaz de poner en jaque abordajes apoyados en las nociones apriorísticas de desarrollo, esclarecimiento y representación, en favor de reflexiones dirigidas al juego ininterrumpido entre procesos de subjetivación y políticas de verificación que demarcan la actualidad educacional.

Palabras clave: Escuela nueva, bibliotheca de educação, Michel Foucault.

Introdução

No debate educacional contemporâneo brasileiro, sobejam análises derivadas do encontro de discursos próprios do campo da saúde com enunciados em circulação no campo pedagógico. Dito encontro, quer-nos parecer, é mostra de práticas usuais na história da educação brasileira, ao menos a partir da década de 1920.

A análise aqui em pauta centra-se nos efeitos de subjetivação gerados por esse encontro, tendo como hipótese que a forja do sujeito educável, desde os primórdios da Escola Nova, tem por cerne um amálgama das dimensões psíquicas e biológicas na constituição das individualidades que povoam o universo escolar.

Assim, dedicamo-nos primeiramente a compilar as ideias de alguns autores presentes no movimento escolanovista brasileiro com o fito de elencar certas conexões de sentido empregadas como norte para uma série de enunciados pedagógicos em uso na atualidade. Aventamos que algumas dessas conexões – as quais são atribuídas aos escolares como parte de sua natureza – valem-se de um conjunto de procedimentos que se fundamentam na apreensão do corpo humano como estrutura em permanente aperfeiçoamento e, conseqüentemente, em constante déficit mediante aquilo que ele poderia ter se tornado ou vir a se tornar.

Em síntese, aventamos que, desde quando a educação escolanovista tomou como seu papel estabelecer um discurso biopsicologicamente orientado, nunca mais a educação moderna deixou de agenciar gestos de autoverificação (Ó, & Carvalho, 2009) e, por conseguinte, de conviver com a crença de que o corpo do educando consiste em um universo incompleto e passível de correção.

A educação moderna e a gestão do corpo deficitário

Vasculhando a historiografia da educação brasileira, encontramos vigorosas críticas voltadas aos aconselhamentos biopsíquicos em circulação na escola. Cecília Hanna Mate (2002) afirma que o viés biológico do reformismo educacional nas décadas de 1920 e 1930 estava escorado em ações estatais, cujo implemento justificava-se mediante um grande projeto de ‘racionalização’ do sistema escolar. Desse modo, afirma a historiadora que a preocupação dos

líderes da Escola Nova quanto ao rendimento, à eficiência e à produtividade dos estudantes estava submetida a estratégias globais de previsão e de controle via estatística e padronização.

Linha argumentativa semelhante à de Mate subscrevem autores como Micael Herschmann, Maria Helena Souza Patto, Heloisa Helena Pimenta Rocha, Jerry D’avila, Margareth Rago e José Gonçalves Gondra, entre outros, particularmente quando refletem sobre as relações entre educação e saúde. Em suas pesquisas, referidas relações foram analisadas em termos ora de ‘higienização’ (Rocha, 2003); de ‘medicalização’ (Herschmann, 1996); de ‘estigmatização’ (Patto, 1999); de ‘racismo’ (D’avila, 2006); de ‘representação imaginária’ burguesa (Rago, 1985); ora ainda da ‘captura’ operada pelo saber médico (Gondra, 2004). Todos esses elementos ter-se-iam apresentado de modo coerente com uma perspectiva segundo a qual o discurso médico teria inspirado um planejamento nacional voltado a inculcar referências de comportamento padronizadas nos infantes. A finalidade de tal planificação teria sido, segundo os sobreditos autores, edificar futuros cidadãos, sempre dóceis e úteis, para o trabalho industrial que então se estruturava nas principais cidades do sudeste brasileiro.

Ponderamos que tais enfoques persistem condicionados a uma analítica parcial no que tange aos jogos entre saber e poder aí em tela. Encontram-se, nas referidas abordagens, formulações segundo as quais uma classe social fixaria sua visão de mundo de maneira impositiva e, por conseguinte, generalizaria padrões para o conjunto da sociedade, cuja adoção por parte dos oprimidos transtornaria suas apreensões do real em prol de representações das classes dominantes.

Assim, noções como ‘cientificismo’, ‘elitismo’, ‘higienismo’ e ‘estigma’ foram tratadas, na sobredita historiografia, como formulações impostas por um discurso médico que teria extrapolado sua jurisdição, estabelecendo representações patologizantes vivenciadas na realidade de educadores e educandos.

Na esteira da analítica foucaultiana, posicionamo-nos de modo adverso a tais abordagens, uma vez que tomamos as alocações médicas presentes no ambiente educacional moderno como enunciados expostos a intensivos jogos de veridicção e de subjetivação.

A partir dessa perspectiva, seria teoricamente contraproducente narrar as alocações médicas abrigadas no ambiente escolar como efeitos diretos de preconceitos, incorreções ou imposturas, uma vez que tais alocações, conforme especulamos, não deveriam ser tratadas como distorções em que haveria um suposto já dito, ou mesmo algum não dito implícito na constituição de tais ou quais narrativas.

Operamos com uma noção de verdade que nos insta a especular sobre os efeitos produzidos pelas fricções dos discursos com os processos de subjetivação a que eles convocam. Inspirados no gesto analítico estabelecido por Foucault nos cursos ministrados no ocaso de sua vida (Foucault, 2010a; Foucault, 2010b; Foucault, 2011b), contemplamos os jogos de veridicção consubstanciados nas práticas discursivas da pedagogia moderna com o fito de situá-los na esteira de uma longa história do que se pode estimar como “[...] discurso de verdade que o sujeito é capaz de dizer sobre si mesmo” (Foucault, 2011b, p. 5).

Evitando analisar os discursos como um agregado de representações produzidas pelos sujeitos em seus embates com a realidade, propomo-nos a visualizar os educandos modernos na condição simultânea de artífices e artefatos de si mesmos, cujas ferramentas são forjadas no encontro de cada qual dos indivíduos com as verdades estabelecidas pelos saberes biopsicológicos.

Desta feita, passamos a considerar que “[...] só há conhecimento na medida em que, entre o homem e o que ele conhece, se estabelece, se trama algo como uma luta singular, um ‘tête-à-tête’, um duelo” (Foucault, 2001, p. 26, destaque no original).

Das diferentes maneiras pelas quais a experiência moderna se relacionou com o embate de cada indivíduo com os discursos que se lhe ofereciam, recortamos as práticas discursivas escolanovistas como um momento-chave em que elas tomaram assento nos jogos de veridicção empreendidos no encontro dos procedimentos pedagógicos com a vida orgânica dos educandos.

A psicopedagogia escolanovista em perspectiva

Volumoso é o universo de documentos com o qual se depara quando se investiga o intercâmbio moderno da saúde com a educação. Mediante tal massa documental, ativemo-nos a dois grupos de alocações, cuja produção e circulação se mostraram férteis para aventarmos a contingência e a maleabilidade dos discursos pedagógicos lastreados por condicionantes biológicos. Para tanto, tomamos enunciados distantes no tempo em mais de seis décadas, ambicionando perspectivar o processo de

criação e crítica de elementos que se tornaram recorrentes no processo educativo moderno.

O primeiro deles – atinente às décadas de 1920 e 1930 – teve como agulhão a atuação político-pedagógica de Lourenço Filho, personagem apresentado pela historiografia da educação brasileira como fulcral para a formulação do viés biopsicológico na abordagem do aprendizado escolar. O segundo apanhado de enunciados foi constituído pelo agrupamento de artigos publicados em periódicos acadêmicos educacionais pós-1996, tomando como descritor o intercâmbio de noções como ‘Escola Nova’, ‘higiene’, ‘medicina’, ‘saúde, clínica’ e ‘psicologia’, presente em análises dedicadas às conexões entre saúde e educação na modernidade escolar brasileira.

Tratemos do primeiro corpo enunciativo. Ele referencia-se no trabalho de Lourenço Filho, eminente pedagogo, bacharel em direito, médico e burocrata nos tempos de Getúlio Vargas. Sua atuação na instalação da escola moderna no Brasil foi intensa e profícua. De uma vida dedicada à educação, recortamos o protagonismo na edição da coleção *Bibliotheca de Educação*. Esta, publicada entre 1927 e 1979, teve sua fase áurea nas décadas de 1920 e 1930 (Monarcha, 1997), quando expoentes dos campos educacional, psicológico, jurídico e sociológico redigiram volumes organizados com o fito de estabelecer as “[...] bases científicas do ensino, já do ponto de vista genético funcional da sua organização, já do ponto de vista da finalidade social e moral a que deve tender a elevação do homem, como cidadão e como homem” (Lourenço Filho, 1927, p. 4).

Dita ‘elevação do homem’ levou à reunião de obras nas quais uma ‘educação moral’ (Doria, 1928; Durkheim, 1929) combinar-se-ia a um ensino ‘sob medida’ (Claparède, 1928), cuja operação ‘de dentro para fora’ (Ferrière, 1929), por sua vez, produziria uma escolarização ‘interessante’ (Dewey, 1952; Marques, 1936) e ‘útil’ (Cresson, 1931). Assim, vimos desfilar nas páginas dos 25 volumes da *Bibliotheca* conexões discursivas cujo intercâmbio teria frequentado os projetos, ao mesmo tempo, emancipatórios e saneadores do pensamento educacional moderno.

Na referida coleção, observa-se a preocupação constante dos pensadores com o estabelecimento de métodos para cuidar da vontade nos escolares; preocupação que, na quase totalidade dos casos, relacionou-se com a implantação de uma educação de fato renovada, porque ‘interessante’, ‘ativa’ e ‘democrática’.

Conectando noções como vontade, individualidade e sociabilidade, sobreditos autores

trataram-nas como propriedades naturais do gênero humano. Assim fazendo, propuseram que, pelo fato de a vida social ser indiscernível da individualidade psíquica (Claparède, 1928), à escola caberia a tarefa de estimular o aluno a assumir uma ‘responsabilidade fisiológica’ (Doria, 1928), donde a inteligência comandaria a vontade e prepararia o educando para uma vida social cooperativa. Nesse estrato do escolanovismo, a educação deveria assumir o encargo de encaminhar a expressão volitiva dos educandos para que sua capacidade de raciocínio fosse capaz de produzir um desenvolvimento ‘sadio’ (Ferrière, 1929), criando as condições para o infante orientar seu comportamento em direção àquele esperado para sua idade.

Tratava-se, em suma, de despertar o natural interesse como requisito para desenvolver supostos mecanismos fisiológicos da inteligência, cuja ativação orientaria o educando para um convívio salutar: eis uma preocupação que raramente esteve ausente dos debates educacionais.

Ademais, observamos na referida amostra documental a forja da interdependência entre inteligência e aprendizado, de modo coerente com uma mirada cientificista para a natureza humana e para o ato educativo. Nessa perspectiva, vasculhando a coleção *Bibliotheca de Educação*, constatamos a reunião de autores considerados clássicos pela historiografia por instituir aquilo que até hoje é definido como da ordem dos processos psíquicos da cognição.

Entre as capacidades necessárias ao aprendizado, a inteligência configurou-se como fundamental. Para estabelecer seus mecanismos, investigadores associados a laboratórios de psicologia experimental dedicaram-se a medir gestos que os levariam a descrever a cognição a partir da noção de desenvolvimento da inteligência. Com o mesmo intuito, desfilaram pela referida coleção, dentre outros, a dupla Binet e Simon (1929), estabelecendo provas para aferir o coeficiente de inteligência, Piéron (1927) aplicando a psicofísica para estabelecer padrões normais de reações mentais diante de estímulos controlados, bem como Lourenço Filho (1937) confeccionando provas para aferir a maturidade necessária ao início da alfabetização.

Destarte, a tomar pela perspectiva dos referidos psicólogos experimentais, o aprendizado seria o produto de processos mentais cuja ativação seria disparada por gestos requisitados pelo ambiente social no qual o par avaliador/avaliado estavam inseridos. Segundo essa lógica discursiva, o meio estaria incorporado à fisiologia cerebral, e o funcionamento adequado desta dependeria tanto da

correta estimulação realizada no ambiente externo, quanto do equilibrado desenvolvimento das estruturas internas.

Portanto, inerentemente a essa lógica, estabeleceu-se a noção de desenvolvimento da inteligência como um dos elementos visíveis e, portanto, modificáveis da ação cognitiva.

Nos dizeres abrigados na *Bibliotheca de Educação*, a natureza em desenvolvimento dos infantes teria por base estruturas biológicas (Domingues, 1929), as quais proviriam da herança genética (Geenen, 1929) e se transformariam conforme a sucessão das idades. Considerando que os processos mentais se expandiam ao longo do tempo (Proença, 1928), os autores da referida coleção sugeriam recorrentemente que à escola cabia a tarefa de preservar a liberdade dos alunos para que dita progressão fisiológica caminhasse equilibradamente em direção à condição adulta.

Por conseguinte, restava aos professores a tarefa de adequar suas demandas às diferentes capacidades de seus educandos. Propunha-se então que o educador atuasse como mantenedor do entusiasmo, da iniciativa e do interesse, a fim de que a potencialidade natural dos indivíduos se manifestasse de dentro para fora e em sua plenitude (Ferrière, 1929).

Nesse mesmo diapasão, defendiam os companheiros de Lourenço Filho que a educação deveria centrar seus métodos na promoção da liberdade. Livres deveriam ser as brincadeiras e o convívio social; até a escolha dos componentes curriculares deveria ser orientada para a promoção da autonomia do educando. Propalava-se que uma escola livre permitiria o desenvolvimento, em todos os estudantes, das capacidades cientificamente verificáveis e, portanto, naturais (Dewey, 1952).

Uma vez estando em idade adequada para a escolarização, o desenvolvimento dos infantes continuaria em direção à maximização da inteligência, e esta permitiria uma socialização equilibrada, cujo apogeu, conforme alguns dos autores da coleção, levaria ao pleno exercício da democracia (Dewey, 1952; Luzuriaga, 1934; Kilpatrick, 1933). Assim, localizamos aí um axioma profundamente arraigado na educação moderna, expresso pela tríade inteligência-sociabilidade-desenvolvimento, cujo encadeamento levaria à emancipação do humano.

Destarte, atendo-nos à produção da *Bibliotheca de Educação*, diríamos que um influente segmento do escolanovismo brasileiro operou com uma noção de natureza humana segundo a qual as alocações fisiológicas estariam intimamente conectadas a instâncias anímicas e sociais. Atribuímos a essa

conexão o cerne daquilo que doravante se autoproclamará como concepção moderna de escola. Ainda sugerimos que, quando o comportamento dos escolares foi definitivamente decomposto em processos biopsicológicos, todas as suas ações ganharam previsibilidade, quer por se fixarem na determinação genética da carne, quer por expressarem almas idiossincráticas. Portanto, fossem cativos de suas tendências hereditárias, fossem confinados aos ditames sociais, os alunos modernos deveriam ser instigados a desenvolver suas individualidades livremente e, assim fazendo, realizar a plenitude de sua natureza biopsicológica.

Poucos educadores modernos discordariam da crença na expansão insondável dos limites biopsíquicos impulsionados por determinados arranjos da sociabilidade humana. Entretanto, aventamos que tal certeza traria, como oposto complementar da potência para o desenvolvimento, a percepção da permanente incompletude do ser produzida pelos enunciados biopsicologicamente fundamentados.

Extraí-se desse ponto de vista acerca do escolanovismo o fato de que, ao amalgamar sociabilidade, inteligência e desenvolvimento, aquele movimento pedagógico permitiu, de uma vez por todas, que a educação produzisse uma utópica noção de humanidade e, ao mesmo tempo, demandasse um ambiente propício a toda sorte de compensações, cuidados e terapêuticas aplicáveis tanto aos alunos regulares quanto aos ‘anormais’, ambos visualizados como entes em perene processo de desenvolvimento.

Saúde e educação nos discursos acadêmicos contemporâneos

Supondo que a ligação entre educação e saúde, desde a década de 1920 no Brasil, teria atrelado a definição de processos cognitivos à noção de desenvolvimento e, por conseguinte, à de déficit, recolhemos um extrato do pensamento educacional contemporâneo para sopesar se essa base ter-se-ia mantido ou deslocado para outras conexões, quando autores contemporâneos se dedicaram a pensar o cientificismo atribuído à Escola Nova.

É notável que aí se contemplem repetidas condenações ora aos testes psicológicos, ora às políticas normalizadoras, ora ao jogo dominação/resistência, ora ainda às distorções e representações elitistas. Tais contestações, em sua ampla maioria, opõem-se ao caráter quantitativo das avaliações, associando-as a projetos nacionais ancorados em erros, desvios e omissões, ou seja, em negatividades. No entanto, não nos preocuparemos em abordar aquilo que tais análises negam,

preferindo nos atermos à produtividade discursiva da própria instância da crítica, o que nos permitiria descrever as proveniências e as recorrências – criadas no momento escolanovista e perpetuadas no presente – das noções efetivamente constituídas no encontro da educação com a saúde na discursividade pedagógica moderna.

Para tanto, compilamos 56 artigos científicos publicados em periódicos educacionais entre 1993 e 2013. Trata-se de publicações próprias do campo pedagógico, selecionadas com base nos critérios estabelecidos pelo sistema QUALIS da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Tendo tais critérios em vista, selecionamos 18 periódicos avaliados como A1 e A2, o que atestaria a circulação e a atribuída qualidade das publicações, bem como garantiria que os artigos selecionados apresentassem hipóteses chanceladas, praticadas e reconhecidas nos meios acadêmicos. São eles: *Cadernos CEDES*, *Cadernos de Pesquisa*, *Currículo sem Fronteiras*, *Educação em Questão*, *Educação em Revista*, *Educação e Pesquisa*, *Educação Temática Digital*, *Educar em Revista*, *Educação & Realidade*, *Educação & Sociedade*, *Perspectiva*, *Práxis Educativa*, *Pró-Posições*, *Revista Brasileira de Educação*, *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, *Revista Brasileira de História da Educação*, *Revista de Educação Pública* e *Revista Educação (PUCRS)*.

O rastreamento dos textos deu-se a partir das seguintes palavras-chave: ‘Escola Nova’, ‘higiene’, ‘medicina’, ‘saúde’, ‘clínica’ e ‘psicologia’. A escolha de tais termos sucedeu uma triagem inicial em que os vínculos de sentido estabelecidos por eles apresentaram-se como campo fértil para analisarmos os efeitos da fricção do discurso escolanovista com as ciências da cognição, particularmente quando referido saber foi revisitado pela intelectualidade pedagógica do presente.

Um significativo número de artigos abordou a discursividade acerca do escolanovismo de modo paradoxal. Por um lado, criticou o caráter burguês do movimento, sugerindo distorções e manipulações, tanto nas práticas discursivas de seus principais autores quanto na historiografia dedicada a enaltecê-la. Por outro lado, releu tais obras e interpretou ditas análises com o fito de situar na exterioridade delas – constituída pela época em que a urbanização e a industrialização despontaram nas grandes cidades brasileiras – as condições de possibilidade para a emergência de modos democráticos de convívio.

Tais autores, cujo destaque é aqui conferido a Marcus Vinicius da Cunha (1996, 1999), consideram que a busca pela racionalização do sistema educacional e, por conseguinte, a ânsia pela eficácia

de suas práticas, envergaram a cientificidade contida no discurso escolanovista em direção a um uso sobejamente instrumental dos procedimentos por ele produzidos. Partindo desse suposto desvio de rota, Cunha propõe-se a revisitar o pensamento de John Dewey – em sua apropriação de Anísio Teixeira, divulgador daquele no Brasil – com o objetivo de estabelecer o autor estadunidense como referência diametralmente oposta a Lourenço Filho e à perspectiva psicométrica.

Corrigindo os excessos de Lourenço Filho e mantendo a associação do aprendizado à maturação dos processos mentais, a leitura de Cunha a respeito das teorizações de Dewey permitiu-lhe estabelecer que somente se realizaria a cognição quando ocorresse uma operação íntima na subjetividade dos educandos, qual seja: a conquista da racionalidade no embate social.

Ao sugerir que a substituição das teses de Lourenço Filho pelas de Anísio Teixeira e Dewey promoveria a plenitude do gesto educativo – expresso pela máxima do perpétuo ‘aprender a aprender’ –, Cunha insinua uma mirada que define o estilo de vida democrático como ponto culminante do processo de desenvolvimento das habilidades cognitivas dos educandos (Bortolotti, & Cunha, 2013). A escola observada sob esse ponto de vista seria o ambiente em que se deveria favorecer o pleno desenvolvimento psíquico, desde que a vivência ali partilhada fosse organizada o bastante para considerar os interesses, estimular as capacidades e, por fim, promover o livre exercício da razão. Cunha, ao criticar o psicologismo como limitador da educação democrática, distancia-se do que ele considera o formalismo propugnado por Lourenço Filho. No entanto, condiciona a conquista da democracia à necessidade de potencializar a razão e as capacidades por meio do estímulo ao interesse dos educandos.

A presença do meio como constituinte de uma estrutura psíquica, cujo desequilíbrio levaria à inapetência cognitiva, também foi destacada por autores que se preocuparam em ponderar os efeitos das práticas discursivas egressas da psicanálise na composição dos procedimentos adotados pela Escola Nova.

Tal foi o caminho adotado por Ronaldo Aurélio Gimenes Garcia, em artigo dedicado a analisar as contribuições de Arthur Ramos e Anísio Teixeira na luta de ambos para “[...] diminuir as diferenças sociais e desenvolver de fato uma prática democrática” (Garcia, 2006, p. 66).

Segundo Garcia (2006), Arthur Ramos teria sido peça-chave na defesa de uma escola democrática, pois teria se posicionado contra a normalização

escolar. Ramos, na leitura de Garcia, distinguira os termos ‘anormal’ de ‘problemático’ e, por conseguinte, diferira aqueles que possuíam dificuldades escolares em dois grupos: de um lado, estariam os anormais, cuja inadequação escolar proviria de fatores constitucionais e biológicos; de outro, localizar-se-iam os problemáticos – em completa maioria – cuja inadequação originar-se-ia de fatores sociais, basicamente de matriz familiar.

Para fundamentar seu entusiasmo pelas ideias de Ramos, Garcia (2006, p. 73) valoriza o fato de o escolanovista estabelecer que “[...] o termo problema está muito mais relacionado com as condições sociais que o menor vive e que dificulta a sua capacidade de atenção e aprendizagem”. Ou seja, mesmo minimizando os fatores biológicos diante dos fatores psicossociais, Ramos, assim como o lê Garcia, teria possibilitado compreender a aprendizagem em razão da atenção, e esta como capacidade natural estimulada pelo contato da interioridade do indivíduo com suas experiências. Portanto, o meio seria, nessa interpretação, elevado à condição de fator constitucional do aprendizado. Ademais, Garcia chega a atribuir a Arthur Ramos a ideia de “[...] que o meio é o elemento decisivo, que molda o comportamento das pessoas, portanto elas não podem ser responsáveis diretas, no caso os estudantes desajustados, pelas suas atitudes pouco aceitáveis” (Garcia, 2006, p. 73).

Adotando prisma semelhante, Fabíola Sircilli (2005) dedicou-se a historiar a participação da dupla formada por Anísio Teixeira e Arthur Ramos no embate contra a supremacia dos testes psicológicos usados na detecção dos problemas de aprendizagem. Segundo a autora, ditas testagens teriam sucumbido à padronização, e sua hegemonia teria sido marcada pela atuação de Lourenço Filho no movimento escolanovista.

Em sua análise, Sircilli contrapõe-se aos princípios educacionais difundidos por Lourenço Filho em razão de eles terem incorporado um suposto ‘método taylorista’ destinado a “[...] controlar o trabalho dos professores” (Sircilli, 2005, p. 188). O referido método justificaria o uso maciço dos testes psicológicos, pois, segundo a autora, este recurso prestava-se à racionalização do trabalho docente, procedendo à “[...] subordinação do indivíduo às ordenações sociais” (Sircilli, 2005, p. 188). Destarte, na leitura de Sircilli, o meio para Lourenço Filho deveria impedir a prevalência do individualismo, estabelecendo, concomitantemente, tanto critérios padronizados de conduta quanto seres anormais, segundo esses critérios.

O recurso à psicanálise, na opinião de Sircilli, teria permitido modificar o modo como os

educadores avaliavam as relações entre o meio social e a composição dos problemas de aprendizado. Se, para ditos tayloristas, o meio era fator de homogeneização, para os higienistas, liderados por Arthur Ramos, o meio era o espaço de expressão das “[...] particularidades e necessidades especiais” (Sircilli, 2005, p. 189). Conclui a autora que a grande contribuição da higiene mental para o encaminhamento dos alunos com dificuldades escolares foi que “Ramos considerava que essas crianças haviam sido ‘anormalizadas’ por seu meio, a partir do ponto de vista do adulto, numa atitude inconscientemente sádica de pais e educadores” (Sircilli, 2005, p. 191, grifo do autor).

Portanto, na visão da autora, assim como na análise de Garcia (2006), um importante legado da Escola Nova poderia ser expresso pelo princípio segundo o qual para modificar o indivíduo dever-se-ia interferir no meio onde ele vive, uma vez que a anormalidade seria provocada por uma incorreta condução das experiências familiares desde a infância.

A influência da constelação familiar e social no processo de aprendizagem também foi assunto para o artigo de Francisco Moura e Talitha Elen Silva (2009). Segundo os autores, a Escola Nova, ao deslocar o centro das preocupações educacionais do conteúdo a ser ensinado para a subjetividade do aluno, teria criado as condições para a introdução da psicanálise no interior das práticas escolares.

A centralidade do educando teria possibilitado que a escola se tornasse fundamental para a emergência de uma educação, de fato, clínica. Desse modo, considerando que “[...] a instituição escola e, principalmente, o professor e os colegas de classe são personagens substitutos da ‘órbita familiar’ em que a criança passará a depositar resíduos de situações incompletas” (Moura, & Silva, 2009, p. 268, grifo do autor), os pesquisadores situam aí o espaço onde os educadores deveriam interferir para estabelecerem uma escola clínica em que se realizaria a integralidade do sujeito “[...] implícito por detrás de cada indivíduo” (Moura & Silva, 2009, p. 267). O auge desse processo seria atingido, segundo os autores, quando se conseguisse “[...] despertar o desejo pelo saber do aprendiz” (Moura & Silva, 2009, p. 269).

Edna Silva (1998), também convicta do caráter clínico do ambiente escolar, estudou-o nos termos do papel desempenhado pela sexualidade na “[...] construção racional e emocionalmente equilibrada e emancipadora do indivíduo” (Silva, 1998, p. 131). Para tanto, a autora entabulou uma discussão na qual defende a aliança da medicina com a pedagogia com vistas a viabilizar a “[...] formação do cidadão” (Silva,

1998, p. 129). A missão médico-pedagógica, segundo a autora, seria concretizada quando ditos saberes amalgamados atuassem decididamente contra uma suposta tradição científica que, desde tempos progressos, tratou os fatores biológicos como determinantes com relação à construção da subjetividade.

Outro grupo de autores perspectivou os enunciados produzidos no intercâmbio entre medicina e educação durante o movimento da Escola Nova como representações da realidade. Nessa outra abordagem, tais enunciados seriam forjados a partir de um grande projeto para a ‘higienização’ do povo brasileiro (Rocha, 2011).

Conforme as ponderações da autora, a população pobre foi o principal alvo de tais imposições, uma vez que seus hábitos mantê-la-iam em degeneração. Logo, o discurso higiênico analisado pela autora previa que a promoção da saúde era utilizada como um condão para salvar toda a nação por meio da educação e da inculcação de hábitos nos mais pobres.

José Gonçalves Gondra e Inara Garcia (2004) também analisaram a captura da infância pelo discurso médico-sanitarista em termos de imposição de hábitos aos pobres. Recolhendo teses aprovadas pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, desde meados do século XIX, os autores demonstraram como as representações das crianças pobres se estabeleceram em associação às noções de abandono, erro, imoralidade, fraqueza etc. Ou seja, na direção oposta à do país que os futuros médicos desejavam formular.

Na mesma direção, Heloisa Helena Pimenta Rocha e José Gonçalves Gondra (2002) publicaram um artigo em que testam a hipótese de que a investida do discurso médico sobre o corpo do alunado pós-século XIX deveria ser lastreada pela ideia de que tal mirada contemplaria “[...] representações constituídas acerca do corpo físico dos alunos” (Rocha & Gondra, 2002, p. 494). A partir da empiria analisada, os autores assinalam que os médicos brasileiros novecentistas, ao se imiscuírem na seara educacional, teriam projetado um roteiro previamente estabelecido, contendo uma missão regeneradora instituída por ditos profissionais. De modo complementar, apontam para um suposto mecanismo de vigilância presente em manuais de higiene escolar produzidos na década de 1920. Em síntese, a dupla de autores formula que o saber médico, quando dirigido à escola, estaria orientado para “[...] manter e expandir sua legitimidade para cuidar dos indivíduos e da sociedade” (Rocha & Gondra, 2002, p. 510).

De modo semelhante à quase totalidade dos acadêmicos compilados, Gondra e Rocha também

fixam suas perspectivas na exterioridade dos discursos que analisam. Nelas, os corpos dos alunos seriam meros depositários dos enunciados médicos, os quais se valeriam da corporeidade estudantil como espaço para expressão das representações produzidas em um ambiente elitista e corporativo. Portanto, desconsideram positivamente expressas pelo vínculo ideal entre infância e futuro, educação e cuidado, medicina e redenção social etc.

As referidas análises parecem reduzir sobremaneira a reflexão à polaridade poder/resistência, na qual o polo do poder produziria discursos que se sobrepuseram à realidade efetivamente vivida pelos 'populares'. No caso do cientificismo estreito atribuído ao movimento pela Escola Nova, essa abordagem, conforme supomos, restringiria a reflexão à denúncia dos enganos e inverdades produzidos pelos poderosos contra os oprimidos.

De nossa parte, sugerimos que o escolanovismo, além de atender a evidentes interesses de classe, teria realizado uma ação ainda mais penetrante, capaz de constituir um modo específico de dirigir-se ao educando, evocando um trato profundamente moderno e afeito tanto a discursos revolucionários quanto àqueles conservadores. Constitui-se nesse discurso a crença segundo a qual a educabilidade seria constitutiva do próprio ser humano, uma vez que este se completaria à medida que aprendesse. Ademais, o itinerário para a formulação de um corpo humano – ao mesmo tempo incompleto e em desenvolvimento – é o mesmo percorrido pelo saber médico quando este assume a tarefa de proteger a sociedade dos riscos inerentes à saúde dos indivíduos. Ou seja, a uma educação higiênica corresponde a uma medicina ao mesmo tempo previdente e social.

Quando a pedagogia passa a operar com uma noção de natureza humana paralela à do saber médico, segundo aventamos, produzem-se muito mais do que distorções; ela se impõe aos educandos como gabarito de inteligibilidade de sua própria intimidade. No rastro dessa noção, instigam-se os alunos a localizar seus interesses, seus desejos e sua responsabilidade perante a humanidade na própria fisiologia.

Na quase totalidade dos 56 artigos compilados, as ações médico-pedagógicas dirigidas ao corpo do escolar foram lidas sob a ótica do desvio, da manipulação, da captura ou mesmo da imposição. De modo semelhante como operam os agentes da historiografia dedicada ao escolanovismo, também as análises tecidas nos periódicos contemplam o binarismo realidade/representação quando abordam a subjetividade produzida no embate dos discursos

científicos com as individualidades. Ainda, mantém algumas essencialidades cuja operação redundaria na crença de um sujeito desde sempre presente. Dita concepção de subjetividade considera que a vida social dos educandos os dirigiria à conquista de uma individualidade específica, cuja forja resultaria no dinâmico amálgama do psiquismo com o meio.

Insistimos que, nas análises contemporâneas, o psiquismo é descrito a partir de referenciais análogos àqueles empregados pelos promotores da Escola Nova ao estabelecerem suas teorizações acerca do aprendizado. Em ambos os casos, a psique dos infantes desponta como um conjunto de estruturas cujo bom funcionamento dependeria da correta operacionalidade de seus elementos. Ademais, a noção de desenvolvimento corrente, assim como ontem, nunca deixou de povoar as alocações dirigidas à cognição, donde a decomposição do aprendizado em processos mentais apresentar-se como um constructo mantido ao longo do tempo histórico.

Nas reflexões contemporâneas, observamos grande homogeneidade na maneira como se estabelecem os olhares para os corpos dos estudantes. Em raros momentos, nega-se a necessidade de se produzirem conhecimentos suficientemente científicos cuja aplicação reconciliaria a educação com sua responsabilidade quanto ao desenvolvimento sadio do indivíduo e, concomitantemente, ao aperfeiçoamento do modo de vida democrático. No que tange à saúde do indivíduo, poucos autores deixam de considerar o equilíbrio psíquico. Quando versam sobre a sociabilidade, os pesquisadores exaltam a vivência democrática, assim como, ao discorrerem sobre processos mentais, reiteram o respeito às diferentes potencialidades individuais.

Portanto, seja criticando elementos da pedagogia escolanovista, seja denunciando a supremacia do poder médico, o discurso educacional contemporâneo parece tratar a relação saber-poder própria das alocações biopsicológicas dirigidas à escola em termos de uma sobredeterminação dos poderes médicos e psicológicos em relação ao ideário pedagógico. Nesse caso, os educandos tornam-se inexoravelmente repositórios de conceituações que findam por vitimizá-los.

Os processos de subjetivação modernos

Na cultura ocidental, desde, ao menos, o século XVII, a profusão de conceituações dedicadas a conhecer cientificamente o ser humano bem pode ser ordenada pela identificação subjetiva de cada qual a essa formação discursiva. Do mar de possibilidades que a experiência moderna expressa, a preocupação

com a subjetividade parece ter sido a opção adotada desde que Kant atribuiu ao homem um papel duplo: produtor de conhecimento e, no mesmo golpe, criador de si mesmo no processo de conhecer (Foucault, 2011a).

Entretanto, as pesquisas de Foucault que sucedem as investigações sobre a antropologia de Kant levam-nos a sugerir que o homem kantiano, ao representar o mundo a partir de suas percepções, foi, pelo trabalho dos historiadores da ciência – particularmente aqueles dedicados a estudar a linguagem, a biologia e a economia após o século XIX –, convertido no roteiro pelo qual se poderia revelar um sujeito universal, cujo aparecimento expressaria o afã humano de localizar-se no interior da natureza. Desse modo, a modernidade, conforme Foucault propunha, teria lastreado todas as suposições sobre elementos biológicos, ambientais e linguísticos em termos, ao mesmo tempo, de fatores para compreensão do humano e de condicionantes para sua vida, sempre considerando o homem como único ente capaz de visualizar a si mesmo enquanto conduz o jogo especular entre as palavras e as coisas (Foucault, 1999).

Supomos que é a esse ideal de sujeito que se refere a amostra do pensamento educacional contemporâneo escrutinada neste artigo: um personagem que, afinal, pouco produz de inusitado. No limite, essa mirada para os processos de subjetivação parece preocupar-se apenas com a resistência, cuja expressão visível seria uma virtual resiliência dos indivíduos frente a práticas tidas como pedagógica e politicamente anacrônicas.

Tal perspectiva mostra-se patente no modo como os periódicos acadêmicos se dirigem aos autores tidos por eles como clássicos do momento escolanovista. Ali, evidenciou-se a produção de dois grandes grupos teóricos formados, de um lado, por Lourenço Filho e, de outro, por Anísio Teixeira, Arthur Ramos, Piaget e Dewey. Parece-nos que, ao primeiro grupo, foi atribuída a pecha de ter corrompido um límpido e auspicioso limiar da Escola Nova em razão de interesses políticos, sociais e corporativos das autoridades pedagógicas. Ao segundo grupo foi conferida a responsabilidade de perpetuar a luta pela ruptura com a educação tradicional, resgatando os tempos heroicos em que o escolanovismo contemplou a emergência de uma educação científica. Desse modo, os personagens do segundo grupo são apresentados como expressões de resistência, cujas teorizações evocavam o retorno à origem imaculada da educação moderna e democrática.

Evidenciou-se, nos suprarreferidos artigos, que a Escola Nova teria sido um momento inaugural na

confeção de uma mirada racional e progressista em direção ao ato educativo. A confiança na competência dos psicólogos, psicanalistas, psiquiatras, sociólogos, filósofos, psicopedagogos etc. em definir as estruturas subjacentes à cognição esteve presente tanto nas obras abrigadas na Bibliotheca de Educação quanto na amostra da coeva crítica ao escolanovismo.

Em nossas reflexões, os escolanovistas ambicionaram controlar cientificamente as experiências educativas por meio da invenção de uma profusão de métodos oriundos de saberes disponíveis em sua época. Os atuais críticos do escolanovismo parecem concordar com essa análise. No entanto, essa visão localiza em Lourenço Filho aquele que teria sucumbido à ideologia burguesa e colocado todos os ganhos da modernidade pedagógica a serviço da opressão, da marginalização, da padronização, da docilização etc. Enfim, dito educador teria reorientado um movimento em princípio redentor em uma direção contrária à sua origem. Desse modo, referidos pensadores contemporâneos teriam atribuído aos supostos adversários de Lourenço Filho a condição de ícones da insubmissão, ou seja, aqueles nos ombros dos quais se apoiariam todas as possibilidades de retomar o projeto primordial da moderna educação científica expresso pela condução segura de cada qual dos educandos à realização de si mesmos como sujeitos.

Sugerimos que nesse percurso analítico reside a explicação para a demarcada monotonia argumentativa que aferimos nos artigos compilados, supondo que ela ocorre em razão de uma perpétua busca por um ser transcendente, cuja descrição garantiria a compreensão de toda a educabilidade humana. Dito ser, formado por uma estrutura psíquica e fisiológica reconhecível e descritível pela comunhão das diferentes especialidades que a ele se dirigem, permaneceria em potência no interior de cada qual dos humanos, bastando o correto encaminhamento de suas capacidades para que ele se realizasse em toda a sua magnitude.

Ocorre que tal ser, desde as teorizações kantianas, foi tido como inatingível; daí que todo esforço da ciência para delimitá-lo resultaria parcial. Assim, à luz das conceituações escolanovistas presentes nas fontes por nós analisadas, afirmamos que, no espaço forjado entre o presente do aluno em desenvolvimento e o futuro do adulto racional a que ele se dirige, estaria instalada uma miríade de incapacidades e déficits. No âmbito de tais faltas, aflora o discurso dos especialistas, definindo que a consciência diante das próprias limitações seria o caminho certo para suplantá-las.

Ademais, parece-nos que todas as ponderações correntes aqui compiladas, assim como as próprias evocações constantes na coleção Bibliotheca de Educação, operam segundo o mesmo diapasão: por meio da criação do esclarecimento, o mais sofisticadamente possível, a fim de que todos e cada qual dos sujeitos reconheçam em si mesmos a distância entre seu dever ser e as prescrições estabelecidas pela *expertise* para a conquista da cognição.

Considerações finais

Na amostra dos enunciados acadêmicos por nós escrutinados, não parece haver alternativa além do esclarecimento. Tais enunciados problematizam o indivíduo educável como um ser confinado a uma linguagem que o oprime e ilude. O educando moderno, nessa perspectiva, seria instigado a se refugiar em uma condição generalista de um ser humano em perpétuo embate consigo próprio. Impelido a tomar consciência das capacidades inerentes à sua natureza, ele é, por conseguinte, instado a expandi-las por meio de uma abertura subjetiva ao coletivo, este tomado como instância na qual se abrigaria a verdade última e o sentido inequívoco daquilo que o constitui.

Elimina-se, desse modo, toda a possibilidade de entabular um jogo possível de produção criativa de si mesmo. A liberdade do educando moderno, conforme constatamos na empiria analisada, há muito se tornou o mote por meio do qual se vem operando a captura racional da eventualidade infinitesimal de seus comportamentos.

Desconsiderando o jogo instituinte entre os modos de subjetivação e as políticas de veridicção, próprio de qualquer experiência, as referidas análises, no que tange ao quadrante temático aqui em xeque, pareceram-nos marcadamente parciais, pois se restringiram, no mais das vezes, a apontar para um norte em direção ao qual todas as criaturas de boa vontade deveriam caminhar. Nessa perspectiva, dito futuro realizar-se-ia quando, finalmente, meio e indivíduo se voltassem à plena realização do sujeito que sempre esteve presente, mas que nunca foi capaz de se efetivar.

Destarte, com vistas à problematização do caráter patologizante e politicamente debilitador dessa crença, o debate educacional poderia perfeitamente, a nosso ver, superar o hábito de analisar a discursividade científico-pedagógica que ronda as práticas educacionais em termos de imposições, representações ou manipulações, considerando aquilo que escapa à regularidade, não com o fito de deflagrar anormalidades ou resistências, mas tendo

em vista a produtividade presente no inusitado e no errático, cuja emergência apenas se insinua quando se visualizam as experiências educacionais em termos de disputas e atravessamentos na demanda por verdade.

Intuímos, assim, que reposicionar o discurso educacional em direção a uma crítica que eliminasse toda a pretensão de emancipação e de esclarecimento dos protagonistas escolares permitiria novos deslocamentos de sentido, abrigo, quicá, maneiras insuspeitas de fazer frente aos discursos que demarcam nossos modos de existir nas escolas.

Referências

- Binet, A., & Simon, T. (1929) *Testes para medida do desenvolvimento da inteligência nas crianças* (3a ed., Coleção Bibliotheca de Educação, X). São Paulo, SP: Companhia Melhoramentos.
- Bortolotti, K. F., & Cunha, M. V. (2013). Anísio Teixeira e a psicologia: o valor da mensuração. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 94(236), 32-52.
- Claparède, É. (1928). *A escola e a psicologia experimental* (Coleção Bibliotheca de Educação, II). São Paulo, SP: Companhia Melhoramentos.
- Cresson, A. (1931). *Situação actual dos problemas philosophicos* (Coleção Bibliotheca de Educação, XIII). São Paulo, SP: Companhia Melhoramentos.
- Cunha, M. V. (1996). Dewey e Piaget no Brasil dos anos trinta. *Cadernos de Pesquisa*, (97), 5-12.
- Cunha, M. V. (1999). Três versões do pragmatismo deweyano no Brasil dos anos cinquenta. *Educação e Pesquisa*, 25(2), 39-55.
- D'ávila, J. (2006). *Diploma de brancura: política social e racial no Brasil. 1917-1945*. São Paulo, SP: Unesp.
- Dewey, J. (1952). *Vida e educação* (Coleção Bibliotheca de Educação, XII). São Paulo, SP: Companhia Melhoramentos.
- Domingues, O. (1929). *A hereditariedade em face da educação* (Coleção Bibliotheca de Educação, VI). São Paulo, SP: Companhia Melhoramentos.
- Doria, A. S. (1928). *Educação moral e educação econômica: suas bases, sua aplicação nas escolas* (Coleção Bibliotheca de Educação, III). São Paulo, SP: Companhia Melhoramentos.
- Durkheim, É. (1929). *Educação e sociologia* (Coleção Bibliotheca de Educação, V). São Paulo, SP: Companhia Melhoramentos.
- Ferrière, A. (1929). *A lei biogenética e a escola activa* (Coleção Bibliotheca de Educação, IX). São Paulo, SP: Companhia Melhoramentos.
- Foucault, M. (1999). *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2001). *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro, RJ: Pontifícia Universidade Católica.
- Foucault, M. (2010a). *A hermenêutica do sujeito: curso dado no Collège de France (1981-1982)*. São Paulo, SP: WMF Martins Fontes.

- Foucault, M. (2010b). *O governo de si e dos outros: curso dado no Collège de France (1982-1983)*. São Paulo, SP: WMF Martins Fontes.
- Foucault, M. (2011a). *Gênese e estrutura da antropologia de Kant*. São Paulo, SP: Loyola.
- Foucault, M. (2011b). *A coragem da verdade: curso dado no Collège de France (1983-1984)*. São Paulo, SP: WMF Martins Fontes.
- Garcia, R. A. G. (2006). Educação e psicanálise: a criança problema na perspectiva de análise da obra de Arthur Ramos (Rio de Janeiro 1930-1940). *Práxis Educativa*, 1(2), 65-76.
- Geenen, H. (1929). *Temperamento e carácter sob o ponto de vista educativo* (Coleção Bibliotheca de Educação, IV). São Paulo, SP: Companhia Melhoramentos.
- Gondra, J. G., & Garcia, I. (2004). A arte de endurecer 'miolos moles e cérebros brandos': a racionalidade médico-higiênica e a construção social da infância. *Revista Brasileira de Educação*, (26), 69-83.
- Gondra, J.G. (2004). *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na corte imperial*. Rio de Janeiro: Editora UERJ.
- Herschmann, M. (1996). Entre a insalubridade e a ignorância: a construção do campo médico no Brasil. In M. Herschmann, S. Kropf, & C. Nunes. *Missionários do progresso: médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro - 1870-1937* (p. 12-67). Rio de Janeiro, RJ: Diadorim.
- Kilpatrick, W. H. (1933). *Educação para uma civilização em mudança* (Coleção Bibliotheca de Educação, XVIII). São Paulo, SP: Companhia Melhoramentos.
- Lourenço Filho, M. B. (1927). Apresentação. In H. Piéron. *Psychologia experimental* (Coleção Bibliotheca de Educação, I). São Paulo, SP: Companhia Melhoramentos.
- Lourenço Filho, M. B. (1937). *Testes ABC para verificação da maturidade necessária á aprendizagem da leitura e escrita* (Coleção Bibliotheca de Educação, XX). São Paulo, SP: Companhia Melhoramentos.
- Luzuriaga, L. (1934). *A escola única* (Coleção Bibliotheca de Educação, XXII). São Paulo, SP: Companhia Melhoramentos.
- Marques, O. I. (1936). *A escrita na escola primaria* (Coleção Bibliotheca de Educação, XXVI). São Paulo, SP: Companhia Melhoramentos.
- Mate, C. H. (2002). *Tempos modernos na escola: os anos 30 e a racionalização da educação brasileira*. Bauru, SP: INEP.
- Monarcha, C. (1997). *Lourenço Filho: outros aspectos, mesma obra*. Campinas, SP: Mercado de Letras.
- Moura, F., & Silva, T. E. (2009). A educação clínica como metodologia pedagógica: investigação sobre a aplicação da psicanálise na área educacional em Minas Gerais. *Educação em Revista*, 25(1), 265-291.
- Ó, J. R., & Carvalho, L. M. (2009). *Emergência e circulação do conhecimento psicopedagógico moderno (1880-1960): estudos comparados Brasil-Portugal*. Lisboa, PT: Educa.
- Patto, M. H. S. (1999). *A produção do fracasso escolar*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Piéron, H. (1927). *Psychologia experimental* (Coleção Bibliotheca de Educação, I). São Paulo, SP: Companhia Melhoramentos.
- Pronça, A. F. (1928). *Como se ensina geographia* (Coleção Bibliotheca de Educação, VII). São Paulo, SP: Companhia Melhoramentos.
- Rago, L. M. (1985). *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil: 1890-1930*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Rocha, H. H. P. (2003). *A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925)*. Campinas, SP: Mercado de Letras.
- Rocha, H. H. P. (2011). Alfabetização, saneamento e regeneração nas iniciativas de difusão da escola primária em São Paulo. *Pro-Posições*, 22(2), 151-172.
- Rocha, H. P., & Gondra, J. G. (2002). A escola e a produção de sujeitos higienizados. *Perspectiva*, 20(2), 493-512.
- Silva, E. (1998). A escola, a clínica e a sexualidade humana. *Perspectiva*, 16(30), 115-142.
- Sircilli, F. (2005). Arthur Ramos e Anísio Teixeira na década de 1930. *Revista Paidéia*, 15(31), 185-193.

Received on July 12, 2016.

Accepted on December 9, 2016.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.